



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI		
Lagoa da Pampulha		
Reunião: 19 ^a	Sessão legislativa: 3 ^a	Legislatura: 19 ^a
Finalidade: apurar irregularidades na execução dos contratos de limpeza e recuperação da Lagoa da Pampulha		
Requerimento nº 267/22		
Autoria: vereadores Rubão, Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo e Cleiton Xavier, vereadoras Fernanda Pereira Altoé e Flávia Borja, vereadores Gabriel, Jorge Santos e José Ferreira, vereadora Marcela Trópia, vereadores Marcos Crispim, Nikolas Ferreira e Professor Juliano Lopes, vereadora Professora Marli e vereadores Wesley Moreira e Wilsinho da Tabu		
Data: 23/5/23		
Horário de início: 9h39min	Horário de encerramento: 12h40min	
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Professor Juliano Lopes e com a presença dos vereadores Braulio Lara, Rubão e Jorge Santos e da vereadora Flávia Borja, os dois últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Registre-se a presença do vereador Wagner Ferreira, que não integra a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 14^a e 17^a reuniões, realizadas em 25/4 e 9/5/23, respectivamente.

A comissão deliberou por inverter a ORDEM DOS TRABALHOS, passando para a apreciação do seguinte item da pauta:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: Requerimento de Comissão nº 1.359/23 - realização de oitiva para “intimar o Sr. Ilder Miranda para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da comissão”, no dia 23/5/23, às 10 horas, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

Aprovado por unanimidade.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do recebimento dos seguintes documentos: a) ofícios em resposta aos requerimentos de comissão nºs 989, 1.052, 1.067 e 1.068/23; b) protocolo, vinculado ao Requerimento nº 267/22, constando a juntada de procurações dos servidores Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, Maurício Cangussu Magalhães e Mauro Lúcio Ribeiro da Silva, que serão acompanhados de seu advogado, Fernando Couto Garcia, OAB/MG 94.049, nos depoimentos agendados para o próximo dia 16 de maio; c) protocolo, vinculado ao Requerimento nº 267/22, da subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da secretaria municipal de Obras e Infraestrutura - Smobi, em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1.174/23, informando que o senhor Leandro César Pereira encontra-se em gozo de férias regulamentares no período de 25/4 a 16/5/2023.

OITIVA

Finalidade: intimar o servidor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha, Carlos Henrique Bicalho, a prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da comissão

Requerimento de Comissão nº: 1.255/23

Autoria: vereadores Braulio Lara e Professor Juliano Lopes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente solicitou que Carlos Bicalho preste o compromisso de dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho.

Carlos Bicalho disse estar de acordo.

O presidente registrou a presença remota do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares.

O vereador Braulio Lara disse que o objetivo desta sequência de oitivas que serão realizadas hoje é escutar os órgãos que são responsáveis pela proteção do patrimônio cultural. Destacou que é imprescindível cuidar do patrimônio para resguardar a identidade da cidade. Citou o art. 216 da Constituição Federal de 1988. Declarou que em 1984 houve o tombamento, pelo Iepha, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, incluindo a orla, o espelho d'água, a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha (antigo Cassino), a Casa do Baile e o Iate Tênis Clube. Disse que os problemas de poluição na Lagoa e de descaracterização da beleza do Conjunto Arquitetônico da Pampulha são registrados por diversas décadas. Pediu ao depoente para contar um pouco do seu histórico profissional no Iepha e relatar os trabalhos que fez relacionados com a Lagoa da Pampulha.

Carlos Bicalho disse que é arquiteto e restaurador e que trabalha no Iepha desde 2019 em cargo comissionado, na gerência de Projetos e Obras da Diretoria de Conservação e Restauração - DCR. Explicou que toda intervenção que é executada no entorno da Lagoa da Pampulha precisa passar por sua gerência. Acrescentou que segue diretrizes para analisar novas edificações nos lotes dentro do perímetro protegido e intervenções nos edifícios projetados por Oscar Niemeyer.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Braulio Lara perguntou se a gerência do depoente abrange todos os patrimônios tombados do Estado de Minas Gerais.

Carlos Bicalho respondeu que sim e disse que recebe demandas de Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, entre outras cidades.

O vereador Braulio Lara leu o art. 1º do Decreto nº 23.646, de 26/6/84, que aprova o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, assinado por Tancredo Neves, Carlos Alberto Cotta e José Aparecido de Oliveira. Disse que, em 1984, o tombamento incluía a enseada do Zoológico, o espelho d'água e a área onde hoje está construído o Parque Ecológico da Pampulha. Perguntou como o lepha atua perante esses fatos específicos.

Carlos Bicalho disse que, em 2003, houve o licenciamento do Parque Ecológico da Pampulha. Explicou que, nessa ocasião, a área onde hoje é o parque já estava completamente assoreada e a enseada do Zoológico também estava começando a ter um processo de assoreamento. Declarou que o Conselho do Patrimônio Estadual teve o entendimento de que o parque seria um ganho para a cidade e colocou, como condicionante para a emissão da licença, o desassoreamento da enseada do Zoológico.

O vereador Braulio Lara perguntou como foi feito esse processo na época e se todas as intervenções no perímetro tombado passam pelo lepha.

Carlos Bicalho respondeu que todas as intervenções que precisam ser feitas no perímetro tombado devem passar pelo lepha e que isso acontece regularmente. Acrescentou que, por esse motivo, o licenciamento passou pelo lepha e teve sua condicionante.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente solicitou a documentação que comprova o pedido do licenciamento do Parque Ecológico da Pampulha.

Carlos Bicalho disse que reportará essa solicitação à presidência do Iepha.

O vereador Braulio Lara perguntou se, no âmbito estadual, o espelho d'água da Lagoa da Pampulha está integralmente protegido por tombamento.

Carlos Bicalho respondeu que tudo que estiver dentro do perímetro da Avenida Otacílio Negrão de Lima está tombado, inclusive o alcance da vista, sendo o maior perímetro de tombamento dos três órgãos de proteção. Acrescentou que todas as construções no entorno da Lagoa da Pampulha têm que ser aprovadas pelo Iepha para garantir a paisagem. Explicou que a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - só analisa os projetos das construções depois da anuência do Iepha.

O vereador Braulio Lara perguntou se as obras públicas no entorno da Lagoa da Pampulha também passam pelo mesmo rito.

Carlos Bicalho respondeu que sim e disse que recentemente o Iepha aprovou o projeto de restauração do Museu de Arte da Pampulha.

Registre-se que os vereadores Jorge Santos e Sérgio Fernando Pinho Tavares passaram a participar presencialmente da reunião.

O vereador Braulio Lara destacou as duas estradas de serviços que foram colocadas de forma artificial dentro da Lagoa da Pampulha e mutilaram o espelho d'água. Perguntou se essas intervenções tiveram alguma autorização do Iepha.

Carlos Bicalho disse que essa intervenção faz parte de uma técnica utilizada pela PBH que dá apoio ao desassoreamento da Lagoa da Pampulha. Declarou que não se lembra de documentação solicitando a execução das estradas, mas que o desassoreamento foi aprovado pelo Iepha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Braulio Lara perguntou qual o nível de detalhamento em que as solicitações chegam ao lepha.

Carlos Bicalho respondeu que as solicitações possuem menor nível de detalhamento.

O presidente perguntou se houve autorização do lepha para o plantio de leucenas na orla da Lagoa da Pampulha.

Carlos Bicalho respondeu que não e que inclusive há um pedido do lepha solicitando a retirada das leucenas.

O vereador Braulio Lara disse que as leucenas são plantas invasoras que formaram uma cortina vegetal escondendo exatamente a área de bota-espera do Zoológico. Perguntou como o lepha procede à fiscalização das intervenções realizadas no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha.

Carlos Bicalho disse que a fiscalização acontece de maneira mais reativa que ativa. Explicou que o lepha tem um corpo técnico muito pequeno para atender o Estado inteiro. Declarou que o fato de o lepha ter que aprovar projetos no entorno da Lagoa da Pampulha, faz com que o corpo técnico visite periodicamente o local, o que permite fazer vistorias simples. Acrescentou que não tem muita informação, mas havia um grupo formado por técnicos da PBH que visitava a Lagoa da Pampulha e realizava reuniões periodicamente para discutir os problemas existentes. Disse que uma técnica do lepha relatou a ele que participava dessas reuniões.

O vereador Jorge Santos disse que, no ano de 2016, alguns vereadores fizeram uma visita técnica na área próxima ao Zoológico. Relatou que no local havia tablados de madeira e uma máquina bem grande que estava retirando o aterro de dentro da Lagoa da Pampulha para ser seco. Explicou que esse aterro era levado



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

então para Santa Luzia e, por ser muito tóxico, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG - interditou essa operação.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares acrescentou que a área próxima ao Zoológico continuou recebendo um acúmulo de sedimentos enquanto teve todo esse processo de novo licenciamento de um bota-fora em Contagem.

O vereador Jorge Santos disse que depois da retirada dos tablados de madeira apareceram as leucenas. Perguntou ao presidente da comissão se é possível fazer uma solicitação para a PBH retirar essas plantas e permitir que as pessoas que caminhem na Lagoa da Pampulha enxerguem de fato o que está acontecendo com o patrimônio tombado.

O vereador Rubão leu os art. 17 e 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Perguntou se quem mutila o patrimônio cultural de forma deliberada deve responder civil e penalmente.

Carlos Bicalho disse que essa pessoa deve responder. Declarou que, rotineiramente, o Iepha participa de reuniões no MPMG. Explicou que primeiro é aberto um inquérito civil e, se não houver nenhuma assinatura de termo de ajustamento de conduta para reverter o dano causado, é aberto o inquérito penal. Acrescentou que a abertura desse processo pode partir do órgão de proteção ou do próprio MPMG.

O vereador Braulio Lara perguntou se há muitos processos na Região da Pampulha.

Carlos Bicalho disse que o Iepha está no MPMG pelo menos uma vez por semana defendendo o patrimônio cultural. Explicou que, na Região da Pampulha, como o projeto tem que ser previamente aprovado pelo Iepha, há poucos processos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Disse que isso ocorre mais no Centro de Belo Horizonte, dentro da Avenida do Contorno, onde há maior especulação imobiliária.

O vereador Braulio Lara leu a Nota Técnica IEPHA/GPO nº 212/21. Perguntou se o depoente não acha um absurdo a PBH dificultar o trabalho do Iepha, que é tão importante para assegurar a conservação do patrimônio cultural.

Carlos Bicalho disse que foi encaminhado ao Iepha um ofício que questionava os contratos de desassoreamento da Lagoa da Pampulha. Declarou que não cabe ao Iepha analisar contratos e que, no máximo, o órgão solicita que no escopo do contrato constem as ações que vão favorecer a manutenção da paisagem cultural. Esclareceu que a dificuldade de acesso era no chamado ponto da Casa Verde.

O presidente leu o Ofício nº 422/03-PR/IEPHA. Disse que a PBH não cumpriu até hoje a condicionante para o licenciamento do Parque Ecológico da Pampulha. Perguntou qual a medida que o Iepha tomou.

Carlos Bicalho disse que o prazo para a execução do desassoreamento da enseada do Zoológico era 2012 e foi estendido até 2013. Acrescentou que, como não houve o cumprimento por parte da PBH, em 2021 foi negada a autorização do uso da enseada do Zoológico como bota-espera.

O vereador Braulio Lara relatou a cronologia dos acontecimentos na Lagoa da Pampulha de 2003 a 2013. Perguntou como o Iepha articulou o descumprimento da PBH no período após a extensão do prazo até a negativa de autorização do uso da enseada do Zoológico como bota-espera.

Carlos Bicalho disse que existe uma gerência no Iepha responsável pelo monitoramento dos elementos tombados. Declarou que isso deveria partir dessa gerência. Acrescentou que, em 2013, começaram os estudos pela PBH, com a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participação do Iepha e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, do dossiê de candidatura da Lagoa da Pampulha como patrimônio mundial. Disse que foi inserido na matriz de responsabilidade o desassoreamento e outras questões ligadas à Lagoa da Pampulha.

O vereador Wagner Ferreira perguntou se a condicionante para o licenciamento do Parque Ecológico da Pampulha foi acolhida pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comam.

Carlos Bicalho respondeu que não. Acrescentou que, no entendimento do Iepha, o Comam não tem o condão de dizer o que o Iepha deve ou não solicitar como condicionante.

O vereador Wagner Ferreira perguntou se o depoente tem ciência de que o MPMG arquivou o inquérito civil 002406000793-7, que investigava a razão de não ter sido desassoreada a enseada do Zoológico.

Carlos Bicalho respondeu que não tem conhecimento.

O vereador Wagner Ferreira leu o art 5º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Perguntou se o depoente sabe dizer em que data o Iepha notificou o Município de Belo Horizonte sobre o tombamento da Lagoa da Pampulha para que ele começasse a produzir seus efeitos.

Carlos Bicalho respondeu que não tem conhecimento. Acrescentou que, antigamente, o tombamento era oficializado no Diário Oficial, sem direito ao contraditório. Disse que não sabe informar quando isso mudou.

O vereador Braulio Lara perguntou qual é a percepção do depoente, como cidadão, sobre as questões da Lagoa da Pampulha. Questionou se houve falha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Carlos Bicalho disse que é um problema muito complexo que envolve muitos atores e que entende as dificuldades do serviço público.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares perguntou se há o risco da Lagoa da Pampulha perder o título de Patrimônio Mundial dado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco.

Carlos Bicalho respondeu que esse risco existe sim, tendo em vista que a qualidade da água da Lagoa da Pampulha foi considerada pela Unesco. Acrescentou que o Iphan poderá responder essa pergunta com mais propriedade.

OITIVA
Finalidade: intimar o senhor Ilder Miranda para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da comissão
Requerimento de Comissão nº: 1.359/23
Autoria: vereador Braulio Lara

O vereador Braulio Lara agradeceu a presença do senhor Ilder Miranda, advogado especialista na área de patrimônio cultural e que tem colaborado com esta CPI. Perguntou como um bem cultural tombado deve ser protegido.

Ilder Miranda disse que a Unesco interpretou a Pampulha muito além do Conjunto Arquitetônico e entendeu a importância também da Lagoa como um todo. Declarou que o texto dos tombamentos considera a Lagoa como um todo e a área delimitada pela Avenida Otacílio Negrão de Lima. Afirmou que há uma espécie de hierarquia no âmbito da legislação ambiental brasileira, em que um ambiente natural é sobreposto pelo ambiente construído que é sobreposto pelo ambiente cultural. Explicou que isso faz com que uma diretriz de proteção do patrimônio cultural sobreponha-se à de um órgão de proteção ambiental no âmbito natural. Disse que a condicionante não era só o desassoreamento da enseada do Zoológico; havia



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

também a proibição de se construir e plantar na enseada do Zoológico e o aterramento na enseada do Ressaca e Sarandi deveria permitir a visibilidade do espelho d'água. Acrescentou que nenhuma dessas condicionantes foi cumprida. Apresentou, em eslaides, o tema “Lagoa da Pampulha: bem cultural protegido por tombamento”. Explicou o conceito de bem cultural, em termos de representatividade e identidade, usando a visão de ciências sociais do dicionário do Patrimônio Cultural do Iphan e a visão antropológica da Constituição Federal de 1988. Disse que a representatividade é aquela que gera no belo-horizontino sentimento de reconhecimento, enquanto a identidade, sentimento de pertencimento. Mencionou uma pesquisa promovida pelo Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH, intitulada “Lagoa da Pampulha: vivência, frequência e referência”. Concluindo sua apresentação, destacou que os fundamentos do bem cultural protegido por tombamento, no caso da Lagoa da Pampulha, são esportes náuticos e turismo; e exibiu as armas da lei para garantir a proteção do patrimônio cultural.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares perguntou qual é o currículo do depoente.

Ilder Miranda disse que é formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Informou que, na década de 1990, encerrou suas atividades em engenharia e tornou-se bacharel, mestre e doutor em direito pela Faculdade de Direito da UFMG. Afirmou que é especialista em patrimônio cultural pela Pontifícia Universidade Católica - PUC, especificamente pelo Instituto de Educação Continuada. Mencionou que teve uma empresa que se dedicou a projetos de proteção do patrimônio.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Braulio Lara disse que a Lagoa da Pampulha tem grau de tombamento municipal, estadual e federal e o reconhecimento de Patrimônio Mundial pela Unesco. Perguntou quem deveria tomar a linha de frente para garantir para a população de Belo horizonte a proteção da Lagoa da Pampulha.

Ilder Miranda disse que hoje a Lagoa da Pampulha é sentida e interpretada pela engenharia e arquitetura, ou seja, por parâmetros de ciências naturais. Explicou que é preciso acrescentar a visão de ciências sociais, pois a Lagoa da Pampulha é muito mais para o belo-horizontino, é uma paisagem que gera o sentimento de reconhecimento e pertencimento.

O vereador Wagner Ferreira perguntou se o depoente tem algum vínculo ou já prestou algum serviço para o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC-MG.

Ilder Miranda disse que a sua atuação como especialista em patrimônio cultural é que o leva ao Tribunal de Contas e não especificamente ao MPC-MG. Acrescentou que ajuda nas investigações com muita honra.

Às 11h25min, o presidente suspendeu a reunião por cinco minutos.

Às 11h26min, o presidente retomou a reunião.

OITIVA
Finalidade: intimar a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte - FMC - para comparecer por meio de seu representante ou indicar colaborador para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da comissão
Requerimento de Comissão nº: 1.256/23
Autoria: vereadores Braulio Lara e Professor Juliano Lopes

O presidente convidou Luciana Rocha Férres, presidente da FMC, e Janaina França Costa, gerente do Conjunto Moderno Pampulha da FMC, para compor a mesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente solicitou que Luciana Rocha Férres preste o compromisso de dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho.

Luciana Férres disse estar de acordo.

O presidente solicitou que Janaina França Costa preste o compromisso de dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho.

Janaina Costa disse estar de acordo.

O vereador Braulio Lara perguntou qual o histórico profissional da Luciana Férres na FMC e os trabalhos dela relacionados com a Lagoa da Pampulha.

Luciana Férres disse que ingressou na FMC em julho de 2022, assumindo a presidência em conjunto com a secretária municipal de Cultura, Eliane Parreiras. Afirmou que já teve uma passagem prévia pela FMC no período de 2013 a 2016, inicialmente na Diretoria de Políticas Museológicas, a qual, posteriormente, se desdobrou em Diretoria de Museus e Centros de Referência. Explicou que, após o processo de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha a Patrimônio Mundial, criou-se a Diretoria do Conjunto Moderno da Pampulha em 2015, da qual participou até 2016, quando solicitou sua exoneração para ingressar no doutorado na UFMG. Disse que também é mestre em arquitetura e urbanismo pela UFMG e professora na área de patrimônio no curso de pós-graduação da PUC, no Instituto de Educação Continuada. Acrescentou que tem uma tese defendida sobre a trajetória da preservação do Conjunto Moderno da Pampulha.

O vereador Braulio Lara leu o art. 1º do Decreto nº 23.646, de 26/6/84. Disse que, ao longo do tempo, tem ocorrido uma descaracterização do espelho d'água, principalmente na enseada do Zoológico. Declarou que, num determinado momento dessa trajetória, houve uma autorização ao Município para construir o Parque



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ecológico da Pampulha, com a condição de que fosse feito o desassoreamento e a recuperação do espelho d'água da enseada do Zoológico. Disse que hoje se veem estradas de serviço e diques dentro da Lagoa da Pampulha. Perguntou como a FMC percebe e atua perante esses fatos.

Luciana Férres disse que o Parque Ecológico da Pampulha foi inaugurado em 2004 e todo o processo de licenciamento foi feito junto ao Iepha, tendo em vista que o tombamento municipal se deu somente em 2003 e o estabelecimento da Área de Diretrizes Especiais da Pampulha - ADE - em 2005.

O vereador Braulio Lara disse que, naquela época, a Lagoa da Pampulha já possuía tombamento tanto estadual (1984) como nacional (1997). Perguntou qual era, no âmbito municipal, o órgão responsável por garantir essa proteção ao bem cultural.

Luciana Férres disse que já era a FMC, mas que não se lembra da nomenclatura da diretoria responsável na época.

Janaina Costa reforçou que, como o licenciamento do Parque Ecológico da Pampulha foi anterior à proteção municipal, não havia motivação legal para que a FMC fizesse o seu acompanhamento. Acrescentou que não há, nos arquivos da diretoria de patrimônio, nenhum processo relativo a esse licenciamento.

O vereador Braulio Lara leu o Ofício nº 422/03-PR/IEPHA e disse que esse documento, de 2003, tinha como objetivo definir as condicionantes para o licenciamento do Parque Ecológico da Pampulha, o qual foi inaugurado em 2004. Acrescentou que a PBH foi notificada e tinha condicionantes a cumprir. Perguntou se a FMC deveria ou não tinha como atribuição gerenciar esse processo que se deu praticamente em concomitância com o tombamento municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Às 11h46min, o presidente prorrogou a reunião por uma hora.

Luciana Férres disse que não era atribuição da FMC naquele momento. Acrescentou que o documento foi encaminhado à Secretaria de Estrutura Urbana, hoje denominada Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - Smobi.

O vereador Braulio Lara perguntou se o espelho d'água da Lagoa da Pampulha está integralmente protegido por tombamento.

Luciana Férres respondeu que sim.

O vereador Braulio Lara perguntou se a orla da Lagoa da Pampulha, no perímetro dentro da Avenida Otacílio Negrão de Lima, é protegida por tombamento.

Luciana Férres disse que a orla está protegida por tombamento pelas três instâncias, federal, estadual e municipal, apesar de haver diferenças no perímetro de tombamento pelos órgãos de proteção.

O vereador Braulio Lara perguntou se as intervenções que estão sendo feitas na Lagoa da Pampulha, como as estradas de serviço e os diques, tiveram anuência da FMC.

Luciana Férres disse que todas as intervenções na Lagoa da Pampulha passam pelo crivo dos órgãos responsáveis e por um processo de licenciamento ambiental, de implantação e de operação. Destacou que, do ponto de vista do patrimônio, essas intervenções apresentam um caráter de reversibilidade e, portanto, não há dano ao patrimônio. Mencionou que a avaliadora da Unesco, em visitas técnicas ao Conjunto Moderno da Pampulha, afirmou diversas vezes a questão da reversibilidade, já que a visibilidade do bem tombado sofreu algumas alterações ao longo do tempo por se tratar de uma área urbana.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Braulio Lara perguntou se a FMC enxerga que há a necessidade de fazer intervenções na Lagoa da Pampulha. Questionou se todas as alterações dentro do perímetro tombado serão revertidas, como o Parque Ecológico da Pampulha que invadiu um espaço que estava tombado e a enseada do Zoológico que está aterrada.

Luciana Férres disse que na solenidade dos 80 anos do Conjunto Moderno da Pampulha, realizada na Casa do Baile, o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, assinou um decreto que cria uma Comissão de Gestão Integrada, a qual tem o papel de reunir todos os agentes e atores responsáveis pela busca de soluções adequadas para o Conjunto Moderno da Pampulha. Afirmou que é o Iphan que tem a atribuição, como órgão federal de preservação do patrimônio, de orquestrar ações sobre um bem que hoje é patrimônio mundial. Acrescentou que o Iphan lidera o Comitê Gestor, que tem a atribuição de reunir todos os órgãos de proteção: federal, estadual e municipal. Destacou que o tombamento municipal se deu em 2003 e que, nessa época, a situação da Lagoa já estava constituída, não havendo nenhuma diretriz que apontasse a necessidade de intervenção nos locais citados pelo vereador Braulio Lara.

O vereador Braulio Lara disse que, de 2003 em diante, vários contratos milionários, relacionados à Lagoa da Pampulha, passaram na esfera do Município e relatou os serviços que foram prestados. Afirmou que não consegue entender o papel da FMC como órgão de proteção.

O presidente perguntou qual o papel da FMC na Lagoa da Pampulha desde o tombamento municipal de 2003.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Luciana Férres disse que a FMC não tem o papel de fiscalizar. Mencionou que havia uma comissão, com a participação do Iepha, Iphan e FMC, que debatia o processo de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha a Patrimônio Mundial. Explicou que todas as questões ambientais da Lagoa da Pampulha eram apresentadas pelos órgãos competentes. Disse que a FMC responde pela questão cultural da proteção e pela ADE Pampulha.

O vereador Braulio Lara perguntou se os tópicos da orla e do espelho d'água nunca entraram em pauta nessas reuniões.

Janaina Costa disse que fez parte da secretaria executiva do processo de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha a Patrimônio Mundial. Afirmou que foi discutida a questão da importância do trabalho que tinha que ser feito para a despoluição da Lagoa da Pampulha. Explicou que, na matriz de responsabilidades da FMC, há os compromissos pelo desassoreamento e pela manutenção da qualidade da água, além de ações contínuas de acompanhamento na Lagoa da Pampulha. Destacou que os planos de gestão e monitoramento do Conjunto Moderno da Pampulha mantêm as atribuições e as competências específicas de cada secretaria, cabendo à FMC apenas o acompanhamento. Informou que a FMC é responsável por gerenciar o Museu de Arte da Pampulha, a Casa do Baile e o Museu Casa Kubitschek. Acrescentou que a FMC também tem a função de fazer a articulação com o Iate Tênis Clube e a Igreja de São Francisco de Assis, que são bens privados. Disse que a FMC acompanha toda a gestão das praças e dos jardins públicos no entorno da orla e é responsável pelas atividades artísticas e culturais. Reforçou que a FMC tem o papel de articulação e respeita as atribuições e competências específicas de cada órgão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Luciana Férres disse que a gestão é complexa e precisa ser bem integrada entre todos os entes envolvidos para a preservação desse bem cultural que é tão importante para os belo-horizontinos. Afirmou que a PBH tem feito esforços e que as secretarias têm se reunido e enfrentado os problemas. Acrescentou que a FMC também é responsável pela preservação e manutenção dos jardins projetados por Roberto Burle Marx.

O vereador Rubão disse que, ao longo de toda a orla da Lagoa da Pampulha, verifica-se a plantação de leucenas como cortina vegetal, dada as características de plantio ordenado. Perguntou se a FMC concedeu autorização para o plantio dessas árvores.

Luciana Férres disse que não tem conhecimento dessas leucenas.

O vereador Braulio Lara disse que as leucenas são plantas invasoras que não deveriam estar na orla da Lagoa da Pampulha por prejudicarem a visibilidade do espelho d'água, que é um objeto de tombamento. Perguntou se a FMC, em algum momento, indicou a correção desse problema.

Luciana Férres reforçou que não tem conhecimento dessas leucenas.

O vereador Braulio Lara perguntou se houve autorização da FMC para o plantio de mudas de árvores feito pela PBH durante o Carnaval deste ano na orla da Lagoa da Pampulha.

Luciana Férres disse que não houve nenhum pedido de autorização, mas que uma visita técnica, junto a outros órgãos de proteção, foi feita após o plantio, não identificando nenhuma descaracterização da paisagem do patrimônio tombado.

O vereador Braulio Lara solicitou a documentação da visita técnica.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Janaina Costa disse que o material foi protocolado posteriormente à visita técnica e acrescentou que, se houver uma solicitação por escrito, a FMC pode compartilhar esse documento com a CPI.

O vereador Braulio Lara perguntou se as leucenas estão de acordo com o paisagismo estabelecido por Roberto Burle Marx.

Luciana Férres disse que nesse local não há paisagismo do Roberto Burle Marx.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares perguntou se, no momento da visita técnica, alguém suscitou a possibilidade do cometimento de uma ilegalidade, tendo em vista que o bem é tombado e, portanto, há uma proteção legal.

Luciana Férres disse que não houve ainda manifestação dos órgãos competentes em relação a esse plantio e nem uma licença prévia.

O vereador Braulio Lara perguntou se houve uma ilegalidade por parte dos outros setores da PBH, tendo em vista que a FMC não concedeu autorização prévia.

Luciana Férres disse que a visita técnica foi exatamente para avaliar isso. Acrescentou que há um diálogo constante com os outros órgãos de proteção que compareceram na visita técnica.

O vereador Braulio Lara questionou os impactos que esse plantio vai gerar ao longo do tempo. Perguntou se existe uma análise da FMC sobre essas espécies vegetais daqui a 10 anos.

Luciana Férres disse que esse estudo tem que ser feito e que os outros órgãos de proteção também vão se manifestar em relação a isso.

Janaina Costa disse que a FMC recebeu a documentação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, a qual foi encaminhada para uma arquiteta da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diretoria de Patrimônio, que está fazendo a avaliação técnica sobre o impacto ou não do plantio, sob o ponto de vista da preservação do patrimônio. Afirmou que a SMMA deixou claro que, se os órgãos de proteção entendessem que não era adequado o plantio, eles iriam fazer a supressão das mudas. Acrescentou que, na visita técnica, a FMC observou que, no trecho em que o plantio foi feito, não havia impacto na visibilidade dos bens do Conjunto Moderno da Pampulha. Reforçou que o estudo ainda está num processo de análise.

O vereador Wagner Ferreira leu o art. 13 da Lei Complementar nº 140/11. Perguntou se Luciana Férres, considerando que o Iepha é um órgão estadual, concorda que a manifestação deles no licenciamento ambiental municipal seria não vinculante.

Luciana Férres disse que não pode responder, pois não tem entendimento profundo da legislação.

O vereador Wagner Ferreira disse que é importante o trabalho de plantio de mudas que a PBH realiza. Declarou a necessidade de preservar os plantios, pois a arborização da cidade também é essencial.

O vereador Braulio Lara discordou do vereador Wagner Ferreira e disse que há uma desarticulação dos órgãos municipais, porque toda a orla é tombada. Afirmou que esses plantios tiram a percepção de visada, a percepção de observar o outro lado da margem, tendo a água como um elemento que integra os dois pontos. Destacou que o reestabelecimento do bem tombado precisa ser imediato.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares também discordou do vereador Wagner Ferreira. Disse que isso o assusta, pois foi uma ação da própria PBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Braulio Lara disse que, de acordo com o Edital da PMI 001/19, a PBH Ativos lançou procedimento de manifestação de interesse para a exploração de serviços de lazer e turismo na gestão dos equipamentos públicos da orla da Lagoa da Pampulha, no qual consta o estabelecimento do Parque Veredas. Destacou que a PBH pauta o tempo todo ações que destroem a Lagoa da Pampulha.

OITIVA
Finalidade: intimar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - para comparecer por meio de seu representante ou indicar colaborador para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da comissão
Requerimento de Comissão nº: 1.257/23
Autoria: vereadores Braulio Lara e Professor Juliano Lopes

Registre-se a não realização dessa oitiva por questão de falta de tempo.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: ____/____/____
Comunicação de aprovação: ____/____/____
<hr style="width: 80%; margin: auto;"/> <p>Presidenta/Presidente</p>